O L no mundo



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Pela primeira vez, o Brasil teve uma eleição presidencial com repercussão internacional. A vitória de Lula era aguardada por aqueles que desejam barrar o avanço do autoritarismo, o negacionismo científico e climático, a construção de muros contra a imigração e o abandono das classes pobres. Também por aqueles que sonham com um desenvolvimento ecologicamente sustentável, politicamente democrático e socialmente justo. Por isso, o L deixou de ser apenas um símbolo eleitoral brasileiro e passou a representar a resistência às forças reacionárias e a defesa de um programa humanista para os próximos anos.

Mas os símbolos só duram enquanto permanecem fiéis ao que representam e mobilizam as pessoas para transformar seu significado em realidade. O V de Churchill, formado pelos dois dedos abertos, consolidou-se porque simbolizou a vitória sobre o nazismo e o avanço do capitalismo em oposição ao socialismo. Essas duas alternativas entraram em crise: o socialismo austero, pelo fracasso em construir a igualdade e atender aos sonhos de consumo e de liberdade individual; e o capitalismo consumista, pelo fracasso diante dos limites ecológicos, da concentração de renda, da permanência da pobreza e do esgotamento da capacidade de endividamento e financiamento dos setores público e privado.

Até aqui, o L simboliza a resistência ao autoritarismo e a esperança de um progresso justo, sustentável e eficiente. Mas só prevalecerá se formos capazes de formular uma alternativa que demonstre ser possível construir uma economia eficiente em equilíbrio ecológico, elevar a renda média e distribuí-la com justiça, superar a pobreza e eliminar a concentração de renda. Uma economia que combine estabilidade monetária e baixo endividamento com crescimento sustentável e inclusão social. Para se manter, o L precisará apontar estratégias para passar da vitória que assegurou a sobrevivência da democracia, em 25 de outubro, à construção de um novo tipo de progresso nos próximos quatro anos.

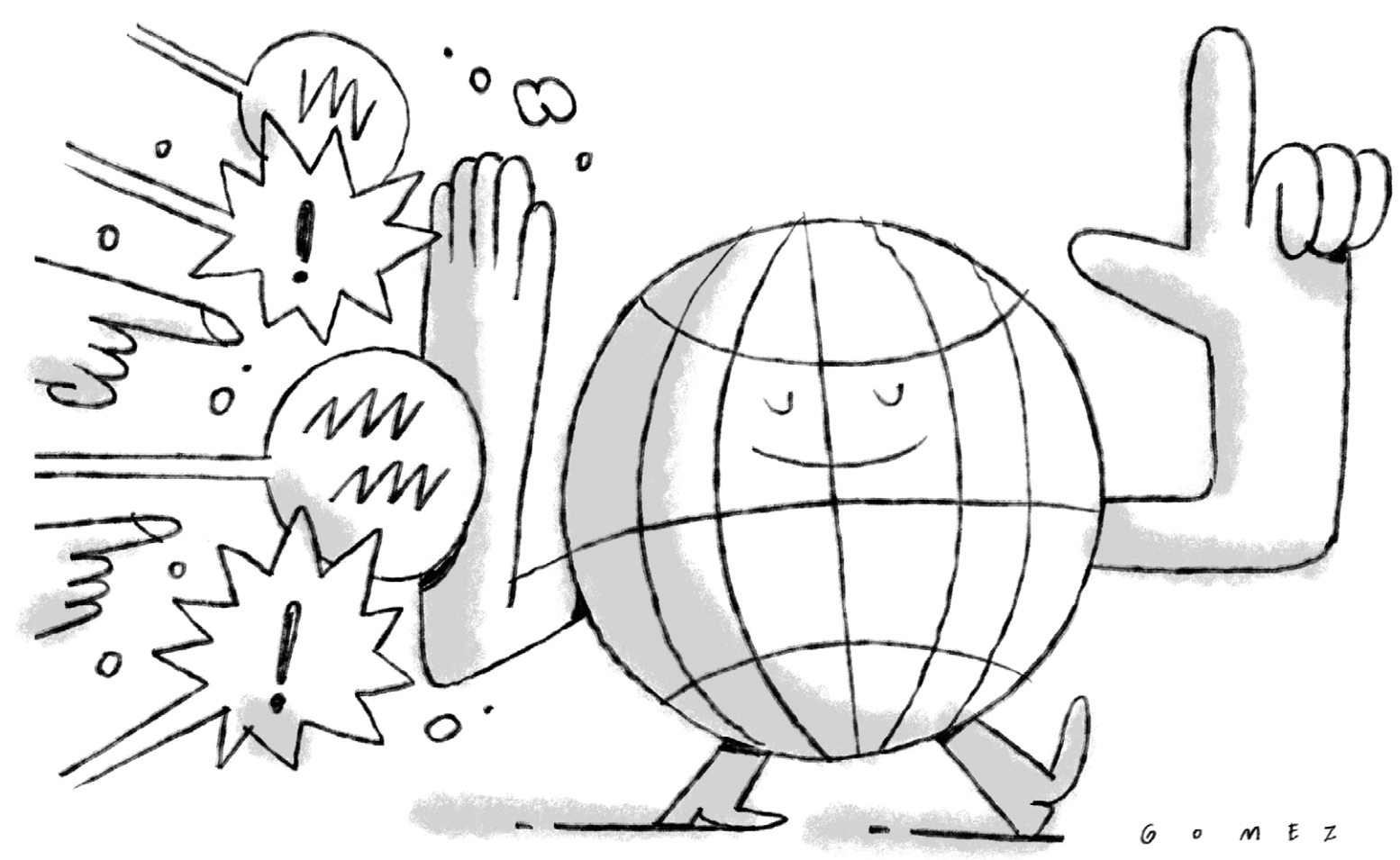
Com seu prestígio mundial e como presidente reeleito para o quarto mandato do Brasil, país que melhor retrata a civilização mundial, com seus êxitos e fracassos, Lula pode manter o L como símbolo e mobilizador de propostas capazes de dar ao progresso de cada país uma dimensão humanista. Defender que as riquezas florestais e a exploração dos combustíveis fósseis estejam submetidas a regras internacionais; e insistir na ideia apresentada por ele na COP30, em Belém: um mapa para a transição a uma economia livre de combustíveis fósseis. Essa transformação requer mais do que leis: exige escola de qualidade e valores humanistas para todas as crianças, Lula deve defender que a educação das crianças requer um compromisso social.

Pode ser o defensor de um programa Bolsa Família Internacional que, além de eliminar a fome e a penúria, seja instrumento humanista para tornar desnecessárias as migrações em massa, ao transferir recursos dos ricos do mundo inteiro para os pobres de cada país, de modo que as famílias não precisem emigrar. Deve ainda defender a adoção da taxa Tobin sobre as transações financeiras internacionais.

Pode propor uma relação contemporânea entre governo e sociedade, liberdade empresarial e responsabilidade estatal, adequada aos tempos atuais, em que o setor público tem limites e o setor privado não atende a todas as necessidades sociais. Defender que o avanço técnico deve estar a serviço de propósitos éticos, inclusive por meio da regulação das big techs. Com essas propostas, o L pode se tornar símbolo também para os adolescentes europeus que vão às ruas, mas não encontram lideranças.

Por sua liderança e pela força do Brasil, o L pode ser um símbolo mundial de alternativa para a crise atual da civilização industrial. Para isso, precisa conquistar o apoio não apenas de seus eleitores, mas também dos brasileiros que, mesmo discordando dele, reconheçam a oportunidade de contribuir para a construção do país que desejamos e de fazê-lo servir de exemplo ao mundo. Para tanto, precisa fazer um governo que pacifique o país, ofereça estabilidade jurídica, monetária e política e aponte para o futuro.

Assim, poderemos ter orgulho não apenas de possuir um símbolo reconhecido mundialmente, mas também de construir um exemplo de estrutura social e econômica para um mundo em crise e sem rumo utópico, depois do fracasso do socialismo, que pecou pelo idealismo coletivista e estatizante, e do capitalismo, que pecou pelo materialismo individualista e privatizante.



Entre Belém e Antália: o legado da COP30 deve chegar aos territórios



» JORGE MEZA
Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil

As Conferências das Partes sobre o clima são fundamentais para impulsionar a cooperação, construir consensos, estabelecer compromissos e mobilizar a comunidade internacional em torno de soluções concretas. No entanto, o sucesso da ação climática não pode ser medido apenas pelo que é anunciado durante essas duas semanas. Sua medida mais importante vem depois: o que efetivamente muda nos territórios e na vida das pessoas e do planeta.

A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém, em 2025, aproximou a agenda climática das florestas, da agricultura e dos sistemas agroalimentares. Demonstrou que produzir alimentos, conservar a biodiversidade, restaurar terras e fortalecer a agricultura familiar não são agendas paralelas à ação climática. São parte da solução.

A experiência em Belém também deixou instrumentos concretos. Entre eles, estão iniciativas lideradas pelo Brasil e apoiadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), criado para gerar incentivos financeiros de longo prazo para a conservação das florestas tropicais; a iniciativa Raiz (Resilient Agriculture Investment for Net-Zero Land Degradation), destinada a mobilizar investimentos para recuperar terras agrícolas degradadas e promover uma agricultura mais sustentável; e a iniciativa Terra (Together for the Expansion of Resilient and Restorative Agroforestry), uma plataforma voltada à ampliação da agroecologia e dos sistemas agroflorestais entre agricultores familiares.

Outro legado foi o Chamado à Ação sobre Manejo Integrado do Fogo e Resiliência aos Incêndios Florestais, que busca substituir uma lógica centrada na resposta aos incêndios por uma estratégia de prevenção, preparação e manejo integrado, incorporando também os conhecimentos e as práticas dos Povos Indígenas e das comunidades locais.

Agora vem a parte mais difícil: transformar os compromissos em ação. Isso passa pelo financiamento e pela implementação de políticas públicas capazes de produzir resultados concretos nos territórios.

A 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Antália, será uma oportunidade para medir esses avanços. A Presidência turca vem posicionando o encontro como uma COP orientada à implementação, com ênfase em soluções concretas, escaláveis e inclusivas.

Os sistemas agroalimentares voltarão a ocupar um espaço relevante nessa conferência, com temas como agricultura e alimentação, além de oceanos, mares, natureza e uso da terra. Será fundamental avançar na discussão sobre a ampliação do financiamento para a transformação dos sistemas agroalimentares, especialmente para medidas de adaptação, recuperação de terras degradadas e desenvolvimento dos pequenos produtores.

Já é possível identificar alguns avanços. Os 19 países da Plataforma de Ação Climática na Agricultura da América Latina e do Caribe (Placa), mecanismo regional de cooperação liderado pelos próprios países e presidido este ano pelo Brasil, aprovaram o Plano de Trabalho 2026-2027 e um roteiro regional rumo à COP31. A Placa é o espaço de articulação no qual os ministérios da Agricultura, com a FAO atuando como secretaria, promovem o intercâmbio entre países, a cooperação Sul-Sul e a construção de posições comuns sobre agricultura e mudança do clima. Desde 2018, cerca de US$ 700 milhões provenientes do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e do Fundo Verde para o Clima (GCF) foram mobilizados, com assistência técnica da FAO, para programas em 32 países.

O TFFF, que saiu da COP30 com aproximadamente US$ 6,7 bilhões em compromissos, alcançou cerca de US$ 7,3 bilhões em setembro de 2026. A iniciativa Raiz avançou no desenvolvimento de instrumentos para identificar terras agrícolas vulneráveis e orientar investimentos. A iniciativa Terra trabalhou na construção de uma metodologia para transformar experiências dispersas de agroecologia e sistemas agroflorestais em transições territoriais coordenadas. Por sua vez, a Agenda para o Manejo Integrado do Fogo, apoiada por 62 países e quatro organizações, avançou com novas diretrizes técnicas e discussões sobre sua implementação.

Os avanços em Belém demonstraram que é possível passar dos compromissos à ação, mas precisamos avançar ainda mais na implementação. Antália pode demonstrar que esses instrumentos funcionam e que a ação pode alcançar escala global. Depois da COP31, o foco deverá estar em garantir que os resultados cheguem aonde realmente importam: aos territórios e às pessoas.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

Educar é libertar, não conduzir

Há palavras que carregam, na própria história, uma advertência. A tradição que remonta ao verbo latino educere nos diz que educar é conduzir para fora: tirar o indivíduo do casulo da família, do bairro e do preconceito herdado e colocá-lo diante do mundo com os instrumentos necessários para enxergá-lo por conta própria. Quem educa não entrega conclusões prontas. O bom educador entrega ferramentas. Ensina a duvidar com método, a ler com atenção, a argumentar e debater com honestidade e, sobretudo, a suportar a companhia incômoda das próprias dúvidas. Esse é o sentido mais nobre de uma escola, e é também o mais frágil, porque depende de uma virtude rara: a disposição de quem ensina em aceitar que o aluno chegue a conclusões diferentes das suas.

É preciso, portanto, separar com cuidado duas coisas que o debate público insiste em misturar. Educação crítica é a que apresenta o mundo em suas várias facetas, expõe o estudante às melhores versões de posições contrárias e o deixa livre para concluir. Ideologização é a que sabe de antemão onde o estudante deve chegar e organiza o percurso para que ele chegue lá. A primeira treina o pensamento. A segunda treina a obediência, ainda que com vocabulário libertário. O problema da ideologia, em qualquer matiz, é que ela parece possuir as respostas antes mesmo de as perguntas serem formuladas, e quem já tem a resposta não precisa investigar, apenas confirmar.

Isso vale para todos os lados. A tentação de usar a escola como instrumento de uma causa não pertence a um campo político em particular; pertence a qualquer poder que descubra a eficácia de moldar mentes ainda em formação. Em 2019, para ficar num exemplo recente, o então presidente declarou que as questões do Enem começavam a ter a "cara do governo", e a prova daquele ano ficou marcada por polêmicas em torno de itens retirados do banco de questões por um suposto viés ideológico. O gesto era o mesmo que hoje se critica nos outros: a vontade de fazer do exame um espelho das convicções de quem governa. Quando um governo, de qualquer orientação, quer a prova com a sua cara, o estudante deixa de ser o destinatário da educação e passa a ser a sua matéria-prima.

O Exame Nacional do Ensino Médio é o terreno onde essa questão se torna mais concreta, porque o Enem não é uma prova qualquer. Mais de 5 milhões de jovens se submeteram ao primeiro dia de sua edição de 2026, realizado em 8 de novembro. Para muitos deles, o resultado define o acesso à universidade, a uma bolsa, a uma carreira. Uma prova com esse peso não apenas mede o que o estudante aprendeu: ela ensina ao estudante o que é preciso dizer para ser bem-sucedido. E é aí que mora o risco.

Considere-se o tema da redação deste ano: "A valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal". Ninguém sensato nega a importância do SUS, e não é do mérito do sistema que se trata aqui. Trata-se da forma como o tema foi desenhado. Um enunciado que já traz embutida a conclusão: a de que o SUS deve ser valorizado e é um direito universal não convida o candidato a pensar; convida-o a concordar com elegância. As perguntas seriam outras: quais são os desafios do sistema de saúde brasileiro e como enfrentá-los? Essa formulação admitiria o elogio, a crítica, a proposta de reforma, a comparação com outros modelos.

Segundo a cobertura da Folhapress e de outros veículos, o primeiro dia trouxe questões sobre a presença das mulheres na história, a resistência dos povos indígenas, a escravidão, a construção da memória coletiva e a Lei Rouanet, além de itens sobre filosofia com Aristóteles e o contratualismo. Todos esses são assuntos legítimos e importantes; seria absurdo pretender que a escola os ignorasse. Os professores consultados, aliás, consideraram o conjunto dentro do esperado e exigente em interpretação. A questão não está, portanto, no tema, mas na proporção e no enquadramento. Uma prova que, ano após ano, concentra sua atenção nos mesmos eixos de identidade e memória, tratados quase sempre sob a mesma chave interpretativa, acaba comunicando ao estudante um mapa do que é considerado digno de ser perguntado. O que fica de fora também educa, pelo silêncio.

Há ainda um problema mais sutil, a estrutura padronizada da redação, com suas competências, seu repertório sociocultural esperado e sua exigência de proposta de intervenção, tende a premiar o texto que reproduz o discurso dominante e a punir o que foge dele. O jovem inteligente percebe isso cedo. Aprende que há um tipo de frase que "pontua" e passa a fabricá-la em série, sem necessariamente acreditar nela. É a formação de um espírito conformista: alguém muito competente em adivinhar o que o examinador quer ouvir e pouco acostumado a dizer o que de fato pensa.

O mundo para o qual o estudante será conduzido está cheio de armadilhas: promessas fáceis, certezas de ocasião, cantos de sereia de políticos de todos os partidos e de movimentos de todas as cores. Quem não aprendeu a pensar sozinho será presa fácil de quem fala mais alto. Por isso, a defesa de uma educação que forme indivíduos livres não é uma bandeira de campo algum.

A frase que foi pronunciada:

"Nossa missão é abraçar os desafios, não fugir deles!"

Anneli Korling

História de Brasília

O pessoal do Horto Florestal, que recebe pelo Ministério da Agricultura, há cinco meses não vê um tostão do ordenado. Todo o mundo está passando privações.
(Publicada em 27/5/1962)